

Em processos de reassentamento é necessário pensar-se nos impactos que esta mobilidade forçada pode implicar, para além da mudança territorial (no sentido de espaço físico). Importa, pois, não olvidar as condições prévias de vida (habitação, trabalho e bem-estar) dos cidadãos reassentados, no lugar de origem e sua possível equivalência no novo lugar de habitação, aquilo a que se chama compensações.

Em articulação com esta questão analisamos como o Estado exerce ou transfere a sua soberania para as corporações económicas, através da alienação do seu papel de defesa dos direitos humanos e da sua “restrição” na definição de políticas públicas.

A abordagem incide fundamentalmente sobre o impacto exercido pelo processo de reassentamento sobre as mulheres, e sobre as estratégias utilizadas por elas para reverter a situação de exclusão e dominação. Significa que procuramos perceber como a construção social da desigualdade, nomeadamente no acesso e controlo dos recursos, foi aprofundada, não apenas através dos antigos elementos de dominação, mas através da produção de novos dispositivos que renovam as hierarquias de poder.



WLSA Moçambique

Financiado por



CORPORAÇÕES ECONÓMICAS E EXPROPRIAÇÃO:
RAPARIGAS, MULHERES E COMUNIDADES REASSENTADAS NO DISTRITO DE MOATIZE

CORPORAÇÕES ECONÓMICAS E EXPROPRIAÇÃO:

RAPARIGAS, MULHERES E
COMUNIDADES REASSENTADAS
NO DISTRITO DE MOATIZE

CONCEIÇÃO OSÓRIO
TERESA CRUZ E SILVA

